



Poços de Caldas

6º Congresso Nacional de Educação

29 e 30 de Jun 2022 | On-line

A CIÊNCIAS HUMANAS NO SAEB E A GEOGRAFIA ESCOLAR

Eixo Temático: Sistemas de educação e políticas públicas

Forma de Apresentação: **RESULTADO DE PESQUISA**

Júlia Regina Campanha¹

Discente de Geografia Licenciatura da UNIFAL-MG

Sandra de Castro de Azevedo²

Profa. Dra. da Universidade Federal de Alfenas¹

RESUMO

O Brasil, alinhado às políticas internacionais, desenvolveu programas de avaliação externas em larga escala da educação, com a argumentação de melhorar a qualidade da educação, porém, essas avaliações externas estão tornando a escola um ambiente mecanizado e meritocrático, atendendo aos interesses do capitalista neoliberal. Para compreender as avaliações externas no Brasil, essa pesquisa analisou documentos e dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), conjunto de avaliações externas brasileiro, considerando o histórico e suas mudanças, além de buscar entender como as ciências humanas foi inserida nessas avaliações e como a geografia é abordada nestes testes.

Palavras-chave: Avaliação externa. Neoliberalismo. Geografia. SAEB.

INTRODUÇÃO

Em 1990, o Brasil adotou uma nova gestão pública, ajustando-se às demandas internacionais, sendo assim, os segmentos públicos passam a ter mecanismos de controle e estabelecem metas de desempenho, priorizando a eficiência e eficácia baseado em dados quantitativos, como aponta Silva e Carvalho (2014).

Dentro desse contexto, nas escolas passam a ser aplicadas avaliações externas para medir a qualidade do ensino, porém, as críticas a esses exames afirmam que eles não consideram os aspectos sociais, econômicos e culturais de cada instituição, logo, os resultados dos testes não contemplam totalmente o nível de aprendizagem, além de gerar efeitos negativos à comunidade escolar.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), é composto por diversas provas externas aplicadas nas escolas brasileiras, o sistema foi desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). De acordo com Bonamino e Franco (1999), a primeira aplicação de provas ocorreu no ano de 1990, para os anos do



Poços de Caldas

6º Congresso Nacional de Educação

29 e 30 de Jun 2022 | On-line

Ensino Fundamental de escolas públicas. Foi elaborada por professores e especialistas de cada estado, logo depois passou a ser elaborada pelo INEP.

Os conteúdos abordados nos testes durante muitos anos foram voltados somente à Língua Portuguesa e Matemática, gerando uma desvalorização das outras disciplinas, visto que para alcançar a média é necessária uma atenção maior ao que é solicitado nas provas. Recentemente, no ano de 2013, de acordo com o Livro do SAEB, houve a inclusão da Geografia e História, posteriormente, as ciências humanas também estavam presentes nos documentos de 2019 e 2021, logo, é necessário entender qual olhar geográfico está introduzido nos testes, já que essa inserção pode impactar a forma como o ensino de geografia é realizado na educação básica.

1. MATERIAL E MÉTODOS

Para atingir os objetivos propostos, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o processo histórico do SAEB e as alterações ocorridas nas aplicações ao longo dos anos, analisou-se também o “Livro: Inclusão de Ciências no SAEB, 2013”, a “Matriz de Referência Ciências Humanas, anos finais - 2019” e, por fim, a “Cartilha SAEB 2021”, com o propósito de compreender os objetivos teóricos e os procedimentos de aplicação da prova e abordagem das ciências humanas dentro dessa perspectiva de avaliação.

O método utilizado foi o materialismo histórico dialético, de acordo com Benite (2009) “assumindo o pressuposto que teoria é indissociável da prática, instaura-se como movimento crítico de desenvolvimento de conhecimento crítico que visa a alteração e transformação da realidade investigada (tanto no plano do conhecimento, quanto no plano histórico-social)”, sendo assim, a pesquisa busca entender como os objetivos teóricos apresentados para a aplicação dos testes ocorrem na prática e quais são as consequências dessas imposições para a comunidade escolar.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O neoliberalismo possui sua ideologia pautada na expansão e apropriação de todas as esferas sociais por meio de instrumentos de controle, com isso, esse sistema está cada vez mais estabelecido e, diante dessa ótica, a escola foi um dos ambientes encontrados para desenvolver suas amarras, como aponta Caprio e Lopes (2008, p.2): “a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança”. A partir das reformas educacionais que ocorreram na década de 90 no Brasil, o ensino passa a ter a lógica do mercado para assim atender as necessidades de atuação do capitalismo.

A implementação de avaliações externas nas instituições de ensino acompanha essa nova organização, os testes são padronizados em todo território brasileiro, baseados em conteúdo dos currículos que também são influenciados pelo Governo, as escolas são pressionadas a terem bons resultados e alcançar metas, e diante disso dão um enfoque maior às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, que estão sempre presentes nos testes, minimizando outras disciplinas. Esse contexto leva a gestão escolar a ficar engessada, cumprindo regulamentos e orientações externas, e restringindo a sua autonomia, de acordo com Esteban e Fatzner (2015).

Em 2013, as ciências humanas foram inseridas no Livro “Inclusão de Ciências



Poços de Caldas

6º Congresso Nacional de Educação

29 e 30 de Jun 2022 | On-line

no Saeb”, na página.32, no eixo 3.3.2. O primeiro ponto observado é que não existe distinção entre História e Geografia, criando uma articulação entre elas, tornando-se negativo para as duas ciências, visto que existem particularidades nessas ciências. Apesar de sua proximidade, cada uma tem um objeto específico, a saber: o espaço geográfico e o tempo histórico. Outra questão observada é que os conteúdos são trabalhados de maneira rasa e conteudista, e a padronização dificulta a possibilidade de relacionar os temas à realidade dos alunos, sendo assim, não promove uma reflexão, são apenas perguntas mecanizadas.

A geografia é uma disciplina essencial para a formação do cidadão, pois a partir de análise dos fenômenos, com o auxílio dos conceitos estruturadores de região, paisagem, território e lugar, é possível compreender as transformações no espaço geográfico e desenvolver uma consciência espacial cidadã em que o aluno construirá um olhar crítico ao seu cotidiano. Esse processo, porém, ocorre por meio do pensamento geográfico quando sua realidade é trabalhada em sala de aula, como aponta Cavalcanti (2017).

Quando a ciência geográfica é aplicada de maneira que aproxime o conteúdo do cotidiano do aluno, o educando passa a ter consciência sobre os movimentos que ocorrem ao seu redor e isso permite que ele tome ações. A questão é apontada por Nogueira e Carneiro (2008), vejamos: “Na sua condição existencial de ser consciente, o homem é sujeito histórico, que vive o processo de construção da sua identidade, do seu sentir, pensar, saber e agir,” porém, os professores diante aos currículos e as metas em provas externas perdem sua autonomia, os levando a caminhos diferentes a essas propostas, já que são obrigados a atenderem o sistema, tornando-se uma das principais barreiras para o desenvolvimento de cidadãos pensantes a partir da escolarização.

3. CONCLUSÕES

Na impossibilidade de acesso às provas, pois as mesmas são sigilosas, na análise da matriz de referência de 2013, a qual inseriu as ciências humanas, ficou perceptível que a geografia utilizada é tradicional, além de estar atrelada à História. Um exemplo está no eixo “Tempo, espaço, fontes históricas e representações cartográficas” (BRASIL, 2013, p.32), unindo as duas ciências para trabalhar os conceitos e processos que ocorreram ao longo do tempo, sem fazer nenhuma distinção entre elas, sendo considerada ciências humanas, mas sem utilizar os seus objetos de estudos de forma coerente.

Ressaltamos que a gestão escolar perante essas exigências dispõe de autonomia limitada, além de se tornar a responsável pelos resultados negativos, mesmo sem estrutura para oferecer um ensino de qualidade. Os professores também são os que vivenciam as consequências dessas imposições, já que se veem obrigados a seguirem currículos e desenvolverem meios que façam os alunos responderem corretamente aos testes para alcançarem boas notas e cumprirem as metas.

REFERÊNCIAS

BENITE, Anna Maria Canavarro. Considerações sobre o enfoque epistemológico do materialismo histórico-dialético na pesquisa educacional. **Revista Iberoamericana de Educación**. v. 50, n. 4, p. 1-15, setembro. 2009.

BONAMINO, A; FRANCO, C. Avaliação e Política Educacional: O processo de



Poços de Caldas

6º Congresso Nacional de Educação

29 e 30 de Jun 2022 | On-line

institucionalização do SAEB. **Departamento de Educação PUC**, Rio de Janeiro, Cadernos de Pesquisa, nº 108, p. 101-132, novembro. 1999.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Matriz de referência de ciências humanas do SAEB**. Brasília, DF: INEP, 2020.

BRASIL. **Inclusão de Ciências no Saeb: documento básico**: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, p. 1- 36, 2013.

BRASIL. **Cartilha SAEB 2021**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), p. 1-23, 2021.

CAVALCANTI, S, L. O trabalho do professor de geografia e tensões entre demandas da formação e cotidiano escolar. **Conhecimentos da Geografia: Percursos de Formação Docente e Práticas na Educação Básica, IGC**, Belo Horizonte, 1º edição, p. 100- 127, 2017.

ESTEBAN, T, M; FETZNER, R, A. A redução da escola: a avaliação externa e o aprisionamento curricular. **Educar em Revista**, Curitiba, Edição Especial n. 1, p. 75-92, 2015.

LOPES, E, C, P, M; CAPRIO, M. As influências do modelo neoliberal na educação. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 5, p. 1-16, 2008.

NOGUEIRA, V; CARNEIRO, M, M, S. Educação geográfica e consciência espacial cidadã. **Contrapontos**. Itajaí, v. 8, n. 1, p. 85-101, 2008.

SILVA, P, S, M; CARVALHO, S, L. Faces do gerencialismo em educação no contexto da nova gestão pública. **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 50, n. 36, p. 211-239, set-dez. 2014.

VILLANI, M; OLIVEIRA, A, D. Avaliação Nacional e Internacional no Brasil: os vínculos entre o PISA e o SAEB. **Educação & Realidade**, Porto Alegre. v. 43, n. 4 p. 1343-1362, out- dez. 2018.